



Pró reitoria de pesquisa

Edital: 04/2022

Título do projeto: Mulheres na política no município de Diadema: investigando a relação entre escolarização e a vida pública e política de mulheres eleitas (de 1989 a 2021)

Palavras-chave do projeto: Política, Mulheres Vereança, Presidência, Educação, Vida Pública, Mulheres no Brasil; Mandatos

Área de conhecimento do projeto: ciências sociais; sociologia política; sociologia da educação e estudos de gênero

Declaração de Interesse por Bolsa

Declaro que a aluna nos termos do edital 04/2022 deseja participar do programa de Iniciação Científica como bolsista.

Resumo

Completa 44 anos em 2022 a Constituição Federal de 1988, importante marco na política brasileira e sobretudo, na história da democracia do país. A luta pelos direitos políticos femininos, desde a instauração do voto obrigatório, apenas para funcionárias públicas do Estado em 1934, passa por diversos estágios até que se pudesse ter os mesmos direitos políticos que os homens, apenas 26 anos depois. Observa-se, contudo, que a presença masculina no corpo legislativo é esmagadora se comparado à feminina, por quê? Mediante os recortes educacionais feitos nas etapas de conquista do voto, qual a relação do perfil educacional feminino com sua participação na vida pública? A proposta deste projeto é a partir da execução de uma pesquisa exploratória no município de Diadema, durante os anos de 1989 a 2021, com base nos dados sobre educação e política, obtidos pelo IBGE e pela Câmara Municipal da cidade, traçar o perfil educacional das vereadoras eleitas e a partir dessa análise, elucidar como a política está aberta para mulheres, independente do seu grau de escolaridade. Este projeto será realizado no âmbito do Núcleo de Estudos de Gênero da UFABC e do Grupo de Pesquisa Neoliberalismo, Democracia e Mudança Estrutural do Espaço Intelectual Brasileiro.

Introdução e contextualização

O Decreto 21.760 expôs, em 1932, os requisitos para o direito político do voto dos brasileiros, mas as brasileiras que pareciam estar aos poucos conquistando seu espaço, foram de maneira sutil, colocadas para fora do jogo mais uma vez. Como destaca Limongi, Oliveira e Schmitt (2019), o Art. 2 do decreto afirmava que os cidadãos acima dos 21 anos eram aptos sem distinção de sexo, mas nas entrelinhas do Art. 121, o voto feminino foi definido como voluntário.

Mais tarde, com a Constituição Federal Brasileira de 1934, com o Decreto 7.586 e com a Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1946 o voto feminino voltou a ser discutido, mas havia uma clara resistência que impedia o pleno direito feminino. Nas mudanças ocorridas, o voto em todos os quadros tido como voluntário, era aplicável para mulheres que ou não eram casadas ou que não exerciam profissões remuneradas. Os motivos dessas restrições, nas palavras dos autores citados, eram que:

Entre 1932 e 1965, os direitos políticos das mulheres não foram equiparados ao dos homens. De diferentes maneiras, as Constituições

e leis vigentes encontraram formas para deixar as mulheres sem renda própria em uma espécie de limbo. Em todo esse período, o alistamento e o voto eram obrigatórios para os homens, mas voluntários para as mulheres que não trabalhavam. Em face das estipulações do Código Civil vigente, a voluntariedade era uma forma disfarçada de deixar a decisão nas mãos do chefe da família, isto é, de não garantir às mulheres o direito de votar, caso seus maridos não autorizassem sua participação na vida política (LIMONGI, OLIVEIRA, SCHIMITT, 2019, p. 9).

Contudo, mesmo com os impasses que a luta pela representatividade feminina sofreu durante esse processo, em 1965, o Código Eleitoral 4.737 assegurou, de maneira obrigatória, o alistamento de ambos os sexos. Aponta-se esse marco como o momento em que os direitos políticos femininos foram equiparados aos masculinos, mas precisamos pontuar que, para analfabetos, grupo formado majoritariamente por negros e mulheres, o direito só foi alcançado em 1985.

Por isso, considera-se que foi a Constituição de 1988 que universalizou o sufrágio universal no país, isto é, foi a partir desse momento que passamos a ter um quadro participativo mais democrático e inclusivo, lançando as bases para que os grupos anteriormente segregados dos seus direitos pudessem adentrar, agora, numa luta pela efetividade de sua participação não apenas enquanto votantes, mas como parte do corpo político como um todo. Contudo, o exercício das mulheres na política não foi imediatamente efetivo, e se considerarmos que ainda as mulheres são menos de 30% do parlamento, não foi efetivado até hoje.

Acerca de questões educacionais, o período contemporâneo à Constituição de 88 é marcado por um aumento da escolaridade no Brasil que, desde 1970, é intensificado pelo crescimento do número de vagas oferecidas nas universidades, onde a maior parte do contingente em expansão foi feminino. Isso significou que os horizontes da parcela feminina da população, que antes tinha seu futuro praticamente limitado à dimensão matrimonial e maternal, passou a ganhar maior instrução, podendo adentrar na esfera pública (GUEDES, 2008).

Contudo, a participação efetiva das mulheres na política, especialmente das mulheres negras e /ou com baixa escolarização, seguiu sendo muito restrita. Na tentativa de ampliar essa participação, trazendo de maneira mais clara os grupos que eram previamente marginalizados para o corpo político (PHILLIPS, 1999), adotou-se medidas como, por exemplo, a cota percentual de candidaturas femininas, posteriormente regularizado pelo TSE. O entendimento mais atual requer o mínimo de 30% das

candidaturas para cada gênero, de acordo com a Resolução nº 23.607/2019 (artigo 19, parágrafo 3º).

Durante as pesquisas iniciais, utilizamos como ponto de partida o artigo escrito por Stuchi e Alves (2021) cujo título é **Presenças femininas nas Câmaras Municipais do ABC Paulista e seus efeitos nas políticas públicas locais**, que nos traz dados imprescindíveis para a elaboração da pergunta desta pesquisa. Segundo as autoras, das 6 vereadoras que foram mapeadas nos mandatos de 2017-2020 na região do Grande ABC, o perfil educacional segue com a tendência de hiper qualificação das mulheres (MIGUEL, 2006; ALZIRAS, 2018) frente à trajetória educacional dos vereadores homens dos mesmos municípios.

Num quadro onde a baixa representatividade feminina assolava a política do ABC Paulista, que na época contabilizou menos de 3% das cadeiras femininas na eleição da vereança 2016, frente à participação média de quase 14% no âmbito nacional, curiosamente podemos observar que no período de 2004 a 2016, o município de Diadema elegeu mais mulheres do que as outras cidades da região e, especificamente entre 2009 e 2021, a cidade sozinha elegeu mais mulheres do que todo o ABC paulista junto. Os dados foram disponibilizados na tabela a seguir reproduzida do artigo de Stuchi e Alves (2021, p.9):

Tabela 1 – Quantidade de mulheres na vereança por legislatura nas Câmaras Municipais da Região do Grande ABC (SP) das eleições de 2004 às eleições de 2016

Município	2005-2008	2009-2012	2013-2016	2017-2020
Santo André	3	0	2	2
São Bernardo do Campo	1	1	0	1
São Caetano do Sul	1	0	2	1
Diadema	3	4	2	0
Mauá	3	0	2	0
Ribeirão Pires	1	1	3	0
Rio Grande da Serra	0	1	1	0
Total	12	7	12	4

Fonte: Formulação própria com base nos dados levantados nos sites das Câmaras Municipais dos sete municípios que compõem a Região do Grande ABCDMRR – SP.

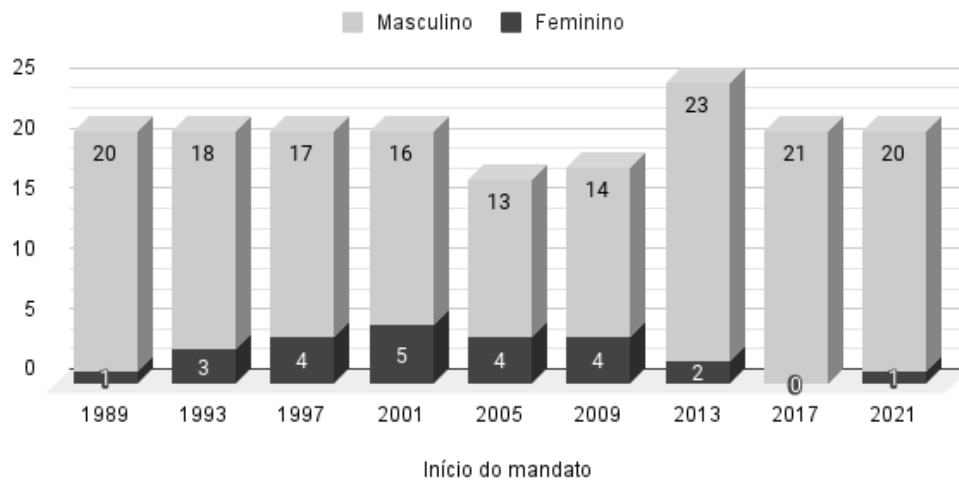
O aumento das informações disponíveis acerca da inserção da mulher no campo educacional e político produziu, nos últimos anos, um crescimento dos estudos referentes à trajetória de mulheres nesses espaços, como mostra a recente publicação de Tatiana Gemaque Rezende e Moises Silva Campos (2021) na Revista Pemo, que buscou mapear a produção bibliográfica sobre mulheres na política brasileira na última década. O argumento central dos autores é que, nos últimos 10 anos, a evolução da participação feminina não acompanhou a proporcionalidade populacional do país. O argumento dos autores será retomado na justificativa do recorte proposto por esta pesquisa, no estudo de caso do município de Diadema, onde o período analisado compreende os anos de 1988 a 2022.

O município conta com 51,62% de população feminina, alinhando-se à tendência populacional estatal e federal de liderança do gênero na proporção de habitantes do território de acordo com o Censo de 2010 do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Quanto aos dados relativos à educação no município, as mulheres representavam 42,48% das pessoas sem instrução ou com Ensino Fundamental Incompleto, o que significa dizer, na prática, que elas são minoria entre a faixa de nível educacional mais baixo. O resultado da escolarização feminina é que elas lideram, também, a faixa da população com formação superior no município, contando com 7,77% contra 6,40% do gênero masculino.

No âmbito político, temos atualmente dois cenários distintos no executivo e no legislativo municipal. A gestão atual da cidade (2021-2024) comandada pelo Prefeito José de Filippi (PT), que tem como vice-prefeita uma Patrícia Ferreira também do PT, conta com 41% das pastas municipais e 75% das coordenadorias geridas por mulheres; por outro lado, dos 20 vereadores eleitos na cidade, apenas uma é mulher.

O Gráfico 1 a seguir mostra a participação feminina e masculina na vereança da cidade desde 1989 até 2021, explicitando a falta de representatividade feminina no município. Quando nos referimos à presidência de câmara e de liderança do paço municipal não houve, desde 1989, nenhuma gestão feminina.

Gráfico 1 - Quantidade de eleitos(as) pelo critério de sexo no município de Diadema (1989-2021)



Fonte: Formulação própria com base nos dados levantados pelo site do TSE e da Câmara Municipal de Diadema.

Quando nos referimos aos partidos, notamos que o PMDB (Partido Movimento Democrático Brasileiro) foi o partido que mais elegeu mulheres na história de Diadema, seguido do PT (Partido dos Trabalhadores), respectivamente o que mais elegeu homens na cidade.

Tabela 1 - Quantidade de eleitos (as) por partido, pelo critério de sexo em Diadema (1989-2021)

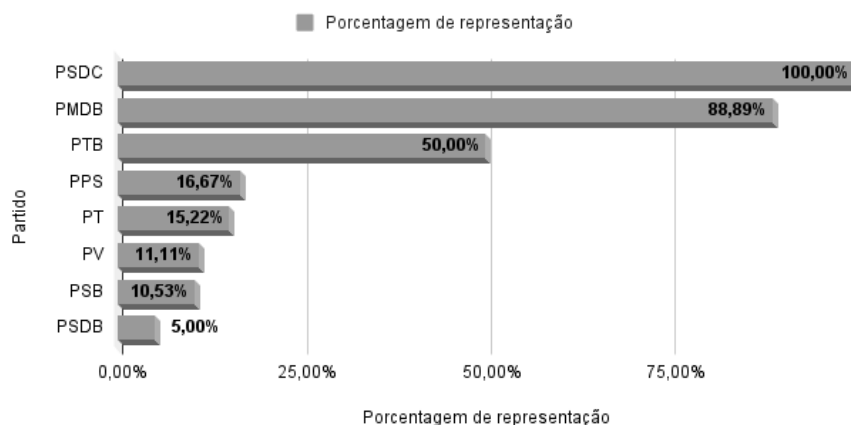
PARTIDO	FEMININO	MASCULINO
PMDB	8	9
PT	7	46
PSB	2	19
PV	2	18
PTB	2	4
PSDB	1	20
PPS	1	6
PSDC	1	0
PDT	0	7
PRB	0	6
PR	0	5
DEM	0	4
CIDADANIA	0	3
PCDOB	0	3
PMN	0	3
PROS	0	2
PTR	0	2
PMBD	0	1
PODE	0	1
PSC	0	1
PSD	0	1
REPUBLICANOS	0	1

Fonte: Formulação própria com base nos dados levantados pelo site do TSE e Câmara Municipal de Diadema

Ao analisar a tabela acima, que apresenta o número de vereadores e vereadoras eleitos por partido entre 1989 e 2020, notamos que apenas 7 partidos elegeram mulheres no município.

E ainda, para os partidos que elegeram mulheres no período de tempo proposto pela pesquisa, podemos calcular a porcentagem da proporcionalidade de candidaturas masculinas e femininas em cada partido, como mostra o Gráfico 2:

Gráfico 2 - Porcentagem proporcional à representatividade feminina em cada partido (1989-2021)



Fonte: Formulação própria com base nos dados levantados pelo site do TSE e da Câmara Municipal de Diadema.

Como é possível notar, a maior parte teve menos de 25% dos vereadores eleitos mulheres, com exceção de três que vale analisar caso a caso. O PSDC elegeu apenas 1 mulher, sendo, portanto, 100% mulher. E o PMDB? E o PTB?

Mesmo que inseridas no contexto político e educacional, devemos avaliar os padrões que continuam a persistir ainda nos dias de hoje: a massiva presença masculina na política. Isso é destrinchado por Guedes, onde

Se por um lado, houve uma ‘feminização’ do espaço público, por outro o abandono masculino dessas esferas pode apontar uma manutenção de construções sociais tradicionais que continuaram influenciando a prática cotidiana. As pistas para qual questão surgem somente da articulação da variável escolaridade com outras dimensões da vida social, de modo a explicar de que maneira o título universitário influenciou (ou não) mudanças na inserção dessas mulheres, em especial no mercado de trabalho e, de modo mais geral, em sua identidade (GUEDES, 2008, p. 15).

Além do mais, se a representatividade é pouca na vereança da cidade em questão, quando olhamos para a gerência do paço e a câmara dos vereadores, que nunca foi liderada por uma mulher, o cenário fica ainda pior. Ademais, no período de 1989 a 2021 tivemos apenas três mulheres como vice, representando cerca de $\frac{1}{3}$ dos mandatos, como cristaliza a tabela a seguir:

Tabela 2 - Histórico de gerencia do Paço Municipal, com Prefeito e Vice em Diadema (1989-2021)

Prefeito	Partido	Vice	Ano
José Augusto da Silva Ramos	PT	Antônio Geraldo Justino	1989
José de Filippi Júnior	PT	Antônio de Lucca Filho	1993
Gilson Luiz Correia de Menezes	PSB	Maria Regina Gonçalves (PV)	1997
José de Filippi Júnior	PT	Joel Fonseca Costa (PT)	2001
José de Filippi Júnior	PT	Joel Fonseca Costa (PT)	2005
Mário Wilson Pedreira Reali	PT	Gilson Luiz Correia de Menezes (PSC)	2009
Lauro Michels Sobrinho	PV	Silvana Guarnieri (PTB)	2013
Lauro Michels Sobrinho	PV	Márcio Paschoal Giudicio (PV)	2017
José de Filippi Júnior	PT	Patrícia Ferreira (PT)	2021

Fonte: Formulação própria com base nos dados obtidos pelo TSE e Câmara Municipal de Diadema

Partindo das análises dos dados aqui expostos, a presente pesquisa pretende avançar na compreensão da relação entre escolarização feminina e vida pública e política de mulheres eleitas na cidade de Diadema, tanto para o legislativo, como vereadoras, quanto para o executivo, como vice-prefeitas. Para tanto, pretendemos analisar todas as legislaturas de 1989 a 2021 e todos os mandatos municipais do mesmo período buscando identificar:

1. o perfil escolar das vereadoras e vice-prefeitas mulheres eleitas;
2. comparar com o perfil escolar de vereadores e prefeitos homens eleitos no mesmo período;
3. mapear a trajetória escolar e política dessas mulheres;
4. compreender o papel que a escolarização teve na sua trajetória pública e política;
5. mapear a percepção dessas mulheres sobre essa relação.

Objetivos e metas

Considerando a necessidade de entendermos como a escolarização feminina interfere na trajetória política de mulheres eleitas, o maior objetivo desta pesquisa é elucidar a relação entre escolarização e vida pública e política de mulheres na cidade de Diadema. Para tanto, teremos como meta:

- Realizar o levantamento de bases de dados sobre o perfil político e educacional das vereadoras e vice-prefeitas eleitas do município;
- Sistematizar o perfil legislativo de mulheres eleitas em Diadema;

- Realizar entrevistas com as vereadoras e vice-prefeitas eleitas desde 1989 de acordo com suas respectivas disponibilidades;
- Traçar, a partir das entrevistas, a percepção que elas têm dos impactos da presença feminina nas decisões da vida pública;
- A partir da perspectiva das candidatas eleitas entrevistadas, coletar dados acerca de como elas enxergam as quedas da quantidade de mandatos femininos nos últimos anos.
- Compartilhar os resultados desta pesquisa, de maneira sistemática, tanto com o Núcleo de Estudos de Gênero Esperança Garcia (NEGA/UFABC) quanto com o Grupo de Pesquisa Neoliberalismo, Democracia e Mudança Estrutural do Espaço Intelectual Brasileira (MEEIB/ UFABC).

Metodologia

Inicialmente, pretende-se aprofundar a revisão bibliográfica sobre participação de mulheres na política e escolarização feminina. Num segundo momento, vou produzir um levantamento de estatísticas disponibilizadas majoritariamente pelo IBGE acerca da educação e escolarização das mulheres nas esferas municipal, estadual e federal para um prévio comparativo do quadro de Diadema em relação ao estado e ao país. Na sequência, vou aprofundar o levantamento e a análises dos dados obtidos no TSE e no site da câmara de Diadema, acerca dos mandados de vereança, presidência da câmara e do paço municipal para que possamos traçar o possível perfil do corpo legislativo da cidade de 1988 a 2022. Finalmente, desenhamos uma etapa de entrevistas com as vereadoras já eleitas e em exercício no período proposto, para o levantamento de informações e percepções acerca da sua trajetória escolar e política, a fim de aprofundar a investigação da relação entre escolarização e participação das mulheres na política.

Cronograma

Etapas		Ago 2022	Set 2022	Out 2022	Nov 2022	Dez 2022	Jan 2023	Fev 2023	Mar 2023	Abr 2023	Mai 2023	Jun 2023	Jul 2023	Ago 2023
Captação dos dados sobre educação	Diadema	X	X											
	São Paulo		X	X										
	Brasil			X	X									
Manipulação e desenho dos quadros	Perfil legislativo municipal				X	X								
	As gestões femininas					X	X							
	A participação feminina na cidade						X	X						
Entrevistas	Roteiro, agenda e realização						X	X	X	X				
Conclusão	Análise dos resultados e Finalização									X	X	X	X	X

Referências bibliográficas

GUEDES, Moema de Castro. **A presença feminina nos cursos universitários e nas pós-graduações: desconstruindo a ideia da universidade como espaço masculino**. 2008. Tese (Doutorado) Curso de Demografia, Universidade de Campinas, Campina 2013. Acesso em 26 de jun de 2022.

PHILLIPS, ANNE. **Which Equalities Matter?** Cambridge: Polity, 1999

LIMONGII, F.; DE SOUZA OLIVEIRA, J.; SCHMITTIII, S. T. (EDS.). **Sufrágio universal, mas... só para homens. O voto feminino no Brasil**. [s.l.] Revista Sociologia e Política, 2018. Acesso em 17 jun. 2022.

PAES, J. P. L. **Os direitos políticos das mulheres no Brasil à luz da Constituição de 1988**. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2021-ago-16/direito-eleitoral-direitos-politicos-mulheres-brasil-luz-constituicao-1988>>. Acesso em: 16 jun. 2022.

REZENDE, T. G.; CAMPOS, M. S. **Mulheres na Política Brasileira: uma revisão da bibliografia da última década**. Revista do PEMO, p. 21, 4 2021.

STUCHI, C. G.; ALVES, G. P. S. **Presenças femininas nas Câmaras Municipais do ABC Paulista e seus efeitos nas políticas públicas locais**. Agenda Política, p. 28, 9 Outono 2021.

Outras fontes consultadas:

A Conquista do Voto Feminino - Câmara dos Deputados. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/internet/agencia/infograficos-html5/a-conquista-do-voto-feminino/index.html>>. Acesso em: 16 jun. 2022.

Diadema: Representatividade e políticas públicas efetivas são conquistas das mulheres. Disponível em: <<https://www.abcdoabc.com.br/diadema/noticia/diadema-representatividade-politicas-publicas-efetivas-sao-conquistadas-mulheres-149667>>. Acesso em: 16 jun. 2022.

Participação das mulheres nas eleições municipais de 2020 no Brasil é tema de newsletter da ONU Mulheres – ONU Mulheres. Disponível em: <<https://www.onumulheres.org.br/noticias/participacao-das-mulheres-nas-eleicoes-municipais-de-2020-no-brasil-e-tema-de-newsletter-da-onu-mulheres/>>. Acesso em: 16 jun. 2022.